

Mudanças climáticas: esforço para adiar o fim do mundo



» MAX FELIPE VIANNA GASPARINI
Editor da Revista Brasileira de Avaliação

» MARTINA RILLO OTERO
Gerente de Planejamento, Avaliação e Aprendizagem no Instituto Clima e Sociedade (ICS)

» JACKSON DE TONI
Diretor de Produção de Conhecimento da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA)

O ano de 2025 começou com um recorde: janeiro foi o mês mais quente já registrado, superando a marca de 18 meses consecutivos de aumento nas temperaturas. Ainda em 2024, o planeta vivenciou o ano mais quente dos últimos 175 anos, com um aumento histórico de 1,6°C na temperatura média global. Esse crescimento contínuo das temperaturas serve como um alerta para as mudanças climáticas e seus impactos na saúde das populações, exigindo a compreensão do problema e a formulação de ações à altura.

No Brasil, estima-se que mais de 6 milhões de pessoas enfrentaram pelo menos 150 dias de calor extremo em 2024, de acordo com levantamento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Isso significa temperaturas que, muitas vezes, ultrapassaram os 40°C.

Se tomarmos a maior cidade do Brasil como

exemplo, temos um quadro alarmante: São Paulo, que há 22 anos já registra poluição acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), vem batendo recordes de temperatura e aumento das ondas de calor, pelo menos desde 2010. Além disso, as mudanças observadas nos ciclos e no volume das chuvas indicam um aumento de 500 milímetros na última década na capital paulista, bem como sua duração média, o que tem relação direta com o aumento de episódios de enchentes com graves consequências para a população.

O quadro sanitário decorrente das mudanças climáticas se expressa nos indicadores de mortalidade de grandes cidades brasileiras, como é o caso do Rio de Janeiro, onde um estudo associou o calor extremo ao aumento da mortalidade. Analisando mais de 466 mil mortes naturais entre 2012 e 2024, identificou-se que a exposição a temperaturas acima de 40°C por quatro horas ou mais eleva em 50% a mortalidade por doenças como hipertensão, diabetes e insuficiência renal, principalmente entre idosos. As mudanças climáticas também têm colocado um contingente cada vez maior de populações em risco de doenças infecciosas potencialmente fatais, como a dengue, a malária e a vibriose.

No campo, a situação não é menos grave do que nas cidades. As mudanças climáticas têm provocado transformações profundas nas zonas rurais e florestais, exacerbando vulnerabilidades já existentes. No Brasil, estudos indicam que o aumento das temperaturas e a alteração dos regimes de chuvas afetam diretamente a agricultura familiar, principal fonte de produção de alimentos do país. Fatores como a irregularidade das chuvas têm levado à perda de safras e à diminuição da produtividade, colocando em

risco a segurança alimentar e produzindo desequilíbrios nos preços e inflação. Além disso, o fenômeno da desertificação tem avançado, em especial na região do semiárido nordestino, reduzindo a capacidade de uso do solo para a agricultura.

Esses eventos afetam especialmente a sobrevivência das comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros) que mantêm com seus territórios vínculo ancestral para produção de seus modos de viver. Nem as causas ou as consequências das mudanças climáticas se distribuem de maneira equânime na história e na sociedade. Países desenvolvidos historicamente foram os principais emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE), enquanto países em desenvolvimento sofrem em especial as consequências das mudanças climáticas.

Essa relação entre as alterações no clima e seus impactos nos modos de vida tem sido cada vez mais compreendida a partir dos efeitos que produzem na saúde das populações. Tal compreensão nos alerta que não será possível formular projetos de desenvolvimento apartados das questões socioambientais que garantam as condições necessárias para a vida.

As mudanças climáticas podem ser vistas, sentidas e sistematizadas pela ciência, e, a essa altura, não é mais possível “dourar a pílula”: um futuro em que possamos evitar o avanço desse cenário passa por uma tomada de posição radical no presente. Dessa forma, é fundamental criar espaços para a circulação de experiências e soluções que interrompam, mitiguem e promovam a adaptação às mudanças climáticas, com aportes das áreas de planejamento, monitoramento e avaliação, enquanto ainda for possível.

Maranhão Livre da Fome: um marco no desenvolvimento social e econômico



» CARLOS BRANDÃO
Governador do Maranhão

O Maranhão lançou recentemente o programa Maranhão Livre da Fome, um moderno instrumento econômico e social para o ousado objetivo de erradicar a extrema pobreza no estado antes mesmo que o Brasil como um todo alcance essa meta. A viabilização dessa iniciativa só foi possível a partir da implementação de uma verdadeira e justa reforma tributária estadual, que assegura os recursos necessários por meio de uma política fiscal progressiva — cobrando mais impostos de quem pode pagar mais. Paralelamente, a cesta básica teve redução progressiva de 33% do ICMS. Esse novo arranjo financeiro permite que o Maranhão invista de forma decisiva na inclusão social, sem risco algum às contas públicas. Tudo isso realizado com o total apoio da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, de órgãos de controle e de organismos internacionais.

O Maranhão Livre da Fome atenderá diretamente a 95 mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o estado, beneficiando aproximadamente 432 mil pessoas. O programa vai ser um complemento ao Bolsa Família para aqueles cuja renda per capita ainda é abaixo de R\$ 218. Serão creditados para as famílias elegíveis R\$ 200 mensais para a complementação de renda e mais R\$ 50 por criança com 6 anos ou menos. Se, após essa cesta de benefícios, ainda assim a família beneficiária não ultrapassar renda familiar per capita mensal de R\$ 218, o governo do estado pagará um complemento variável para que ela ultrapasse a linha de pobreza extrema.

Esse benefício será destinado exclusivamente à compra de alimentos em estabelecimentos credenciados, fomentando o comércio local e garantindo uma alimentação adequada. Além da transferência direta de renda, será oferecida uma ampla qualificação profissional a quem tem mais de 16 anos, para que possa ser inserido no mercado de trabalho. Após a capacitação, os beneficiários receberão kits profissionais para começar a trabalhar.

O programa apresenta dois eixos. O urbano, voltado para a transferência de renda, cursos de qualificação e empreendedorismo para famílias em situação de pobreza extrema residentes em cidades, além de fortalecimento da rede de restaurantes populares e ações articuladas com a rede de assistência social dos municípios. E o eixo rural, voltado para fortalecimento da agricultura familiar, inclusão produtiva e geração de renda para famílias em situação de pobreza residentes em áreas rurais. Ainda sobre o meio rural, essas áreas contarão com apoio técnico, distribuição de sementes e insumos, programas de compras públicas da agricultura familiar (como o Procap) e apoio à organização comunitária para produção e comercialização de alimentos.

O Maranhão conta hoje com a maior rede de restaurantes populares da América Latina, com 183 unidades, sob gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), oferecendo café da manhã, almoço e jantar a preços simbólicos de apenas R\$ 1 (almoço ou janta) e R\$ 0,50 (café da manhã). Em 2025, o governo entregou 15 novas unidades, incluindo três em São Luís. O objetivo é que cada uma das 217 cidades maranhenses tenha ao menos uma unidade de restaurante popular.

O Maranhão tem participado ativamente das ações para enfrentar a insegurança alimentar e contribuir para a erradicação da fome e da pobreza no país. Destacou-se em redução da pobreza na Região Nordeste, apresentando queda de 10,5 pontos percentuais na taxa de pobreza extrema, saindo de 22,8% para 12,2% entre 2021 e 2023. Os dados são da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo também apontou que cerca de 919,9 mil maranhenses saíram da pobreza, o que representa uma queda no indicador de 66,2% para 52,7% no período.

Já segundo o IBGE, no comparativo entre 2022 e 2023, cerca de 195 mil pessoas deixaram a extrema pobreza no Maranhão, e outras 372 mil pessoas deixaram a pobreza. O estudo indica que a proporção de pessoas no estado situadas na linha de extrema pobreza em 2023 reduziu na comparação com 2022, saindo de 15,0% para 12,2%.

Paralelamente, o estado também colheu, em 2024, o melhor resultado dos últimos 12 anos no mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, o Maranhão ultrapassou a marca de 2,7 milhões de pessoas ocupadas. É a maior marca desde a criação da pesquisa, em 12 anos. O número saltou de 2,632 milhões no segundo trimestre de 2024 para 2,709 milhões no terceiro trimestre, crescimento de 77 mil empregos em apenas três meses. Em relação ao mesmo período de 2023, o aumento na taxa de ocupação foi de 6,7%.

O Maranhão Livre da Fome é a expressão de um projeto de desenvolvimento social e econômico estruturante que alia crescimento com justiça social, consolidando o estado como exemplo nacional de combate à pobreza, promoção da dignidade humana, da segurança alimentar e da geração de emprego e renda.



Brasília 65 anos, Niemeyer a projetou com entusiasmo e amor ao Brasil



» KADU NIEMEYER
Administrador do escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer e fotógrafo

Aprendi com o meu avô Oscar Niemeyer (1907-2012), o Dindo — era assim que os netos o chamavam —, que “a vida é um sopro”. Eu tinha 6 anos quando minha família saiu do Rio de Janeiro e fomos morar em Brasília, na recém-inaugurada capital, que recém completou 65 anos.

Fui acumulando memórias porque, durante 54 anos (desde 1971, quando o acompanhei em seu exílio voluntário na França, no período da ditadura militar brasileira), trabalhei com ele em Paris, sendo que iniciei fotografando as maquetes dos seus projetos.

Essa convivência intensa, profissional e familiar, serviu para que ele me contasse bastidores ocorridos durante a construção de Brasília. Foi em 1957 que o presidente Juscelino Kubistchek o procurou na Casa das Canoas, no Rio, onde morávamos. Queria construir Brasília, e, como ocorreu com a Pampulha, em Belo Horizonte, na década de 1940, desejava a sua colaboração. JK lhe disse que pretendia criar uma capital moderna, “a mais bela do mundo”. Na primeira viagem que JK fez ao Planalto Central, ele o acompanhou e não teve boa impressão do lugar, “longe de tudo, um terreno vazio”. Mas o entusiasmo de JK e o objetivo de levar o progresso para

o centro do Brasil eram tão válidos que acabou concordando. Na ocasião, o ministro da Guerra, o general Lott, perguntou: “Oscar, os prédios do Exército serão modernos ou clássicos?”. Ele respondeu: “Numa guerra, o senhor prefere armas modernas ou clássicas?” O militar sorriu.

Meu avô Niemeyer dizia que não foi fácil trabalhar em Brasília. O projeto do Congresso Nacional foi elaborado sem ter uma ideia de como aumentaria o número de parlamentares. “Tudo rápido era a palavra de ordem”. O projeto foi iniciado com ele indo ao Rio de Janeiro com o objetivo de dimensionar o Congresso da então capital federal para, multiplicando a área estimada e os setores existentes, iniciar os desenhos. Isso explica os prédios anexos depois construídos. Quando impuseram o parlamentarismo para limitar os poderes do presidente João Goulart em 1961, o hall do Congresso ficou coberto de novas salas e novos gabinetes, pedindo uma solução. Ele queria defender a arquitetura do Palácio, e o jeito foi aumentar a largura em 15 metros. A vista da Praça dos Três Poderes do antigo salão se descortinava desapareceu, mas a arquitetura externa do Palácio foi preservada com tanto apuro que ninguém percebe.

O primeiro projeto iniciado foi o Palácio da Alvorada, cuja localização ainda não fora fixada pelo Plano Piloto. Como tudo era urgente, Niemeyer saiu caminhando pelo Cerrado, com o capim batendo em seus joelhos, para procurar o melhor local. Outras recordações familiares que me remetem ao Palácio Alvorada é que minha mãe, Anna Maria, única filha dele, decorou esse Palácio e criou alguns móveis de lá.

Posteriormente, ele e sua equipe estudaram o Eixo Monumental, iniciando o projeto pela Praça dos Três Poderes, que incluía o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF).

O Congresso Nacional está sob pressão para aprovar o projeto de lei que propõe anistia para os condenados do 8 de janeiro de 2023, que entrou para a história como tentativa de golpe de Estado, quando vândalos se autointitulando “patriotas” depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. As imagens de terror foram gravadas pelos criminosos e postadas nas redes sociais, chocando o país e a mim duplamente, como brasileiro e como neto dele. Fui tomado por um sentimento de indignação e, ao mesmo tempo, alívio por ele não estar mais aqui para ver esse brutal ataque ao patrimônio público, a suas obras-primas. Naquele momento, fiz o juramento de levar adiante o seu legado, principalmente seus ideais humanitários.

Niemeyer era um democrata e se revoltava ao ver a pobreza se multiplicar. Dizia que “a arquitetura é injusta, só servindo aos poderosos”. É com essa responsabilidade que estou me dedicando a alguns projetos. Um deles é a produção de um livro de fotografia junto com uma exposição com as imagens das suas obras em Brasília, Belo Horizonte, e as 10 maquetes dos seus projetos inéditos que serão construídos em Maricá, no Rio de Janeiro.

Fico imaginando o que diria meu avô Niemeyer ao assistir as imagens dos golpistas depredando as obras que ele projetou com tanto entusiasmo e amor ao Brasil.